

## DA TEORIA À PRÁTICA – SPÍNOLA PERANTE A RESPONSABILIDADE DO PODER

Sabemos hoje que Marcello Caetano, após ter concluído a leitura de *Portugal e o Futuro*, convocou para a sua residência os dois generais – Costa Gomes e Spínola – que ocupavam o vértice da estrutura militar. Era o dia 22 de Fevereiro de 1974. O então Presidente do Conselho descreveu essa entrevista do modo seguinte:

Compareceram ambos fardados. E tive com ambos uma conversa que logo de início avisei que seria das mais graves e desagradáveis de minha vida e que não importa aqui reproduzir. Basta registar o ponto fundamental dela: o livro do general Spínola tinha uma primeira parte crítica que **não poderia deixar de influenciar a disposição das Forças Armadas quanto à continuação da defesa do Ultramar**, de pesar sobre a opinião pública no tocante aos rumos da política interna e de reduzir a já escassa margem de manobra do governo português na sua política exterior. **Não era uma tese, e sim um manifesto**. A sua publicação nas condições em que era feita, provinda do Vice-Chefe do Estado-Maior General e coberta pelo próprio Chefe, colocava o governo em situação delicadíssima porque, a manter a política até aí seguida, ficava aberto o divórcio entre ele e os mais altos representantes das Forças Armadas. Era-me por isso manifestamente impossível continuar a governar, com um corpo de oficiais insubmissos e os chefes militares discordantes. Mas não tinha lógica que fosse eu naquele momento a pedir a demissão. O manifesto lançado, sob o nome de Spínola, pelo Estado-Maior General, **traduzia a intenção de um golpe de Estado e então era necessário que cada qual chamasse a si as responsabilidades que lhe competiam, a tempo de não deixar degradar a situação**.

Afirmando-lhes, depois, que se ausentava de Lisboa para um curto período de férias no Buçaco, sugeria que os dois generais aproveitassem aqueles dias para se avistarem com o Chefe do Estado, lhe exporem as suas ideias e os sentimentos das Forças Armadas e reivindicassem para estas o Poder. [...]

Esta proposta foi ouvida em silêncio e sem mostras de concordância. O general Spínola reafirmou ser um militar disciplinado que não participava em conspirações nem dava golpes de Estado. O general Costa Gomes disse-me que tivesse paciência, pois não haveria remédio senão continuar a fazer o sacrifício de estar no governo. Mas já de pé insisti: as palavras eram muito amáveis, mas do que me não restava dúvida era de não ter mais condições de prosseguir com autoridade na política até aí mantida.<sup>1</sup>

O relato que Costa Gomes e Spínola fazem desse encontro é perfeitamente concordante no que respeita à proposta para solicitarem do Presidente da República a entrega do Poder.

Spínola recorda que justificava a publicação do livro porque...

...em face do crescente agravamento da situação do País, entendera ter chegado o momento de consciencializar a opinião pública em ordem à criação de condições humanas que permitissem ao Governo solucionar a crise nacional à luz realista das soluções possíveis, pelo que não via razão para que ele – Marcello Caetano – não continuasse à testa do Governo [...] ficando, portanto, fora de causa qualquer hipótese de conversações com o Presidente da República.<sup>2</sup>

Costa Gomes, por sua vez, revela ter respondido...

... que não estava nada interessado em política e que não tinha sido para isso que dera o parecer sobre o livro. Se o senhor Presidente do Conselho achava que, depois da

---

<sup>1</sup> MARCELLO CAETANO, *Depoimento*, pp. 196-197. Sublinhados nossos.

<sup>2</sup> ANTÓNIO DE SPÍNOLA, *País sem rumo*, p. 75.

publicação do livro, não podia continuar a governar o País, era ele próprio quem se devia dirigir ao Presidente da República e pedir a demissão.<sup>3</sup>

É hoje tremendamente difícil não reconhecer a justeza e a lógica da posição de Marcello Caetano. Spínola e Costa Gomes eram directamente responsáveis pela autêntica “bomba política” constituída pela publicação de *Portugal e o Futuro*. Naquelas circunstâncias, só um ingénuo se não aperceberia de que, a partir daí, já só haveria duas alternativas: ou o próprio regime aceitava as propostas de Spínola e as punha em prática – mantendo as Forças Armadas unidas e disciplinadas –, ou adoptava uma posição de obstinada intransigência, e, então, a eclosão de uma revolta militar não se faria esperar. Só que, nesta última hipótese, as rupturas na cadeia hierárquica já não consentiriam soluções que exigissem **força e tempo**.

O mais desconcertante de tudo isto é o facto de não podermos duvidar de que esta era, também, à época, a percepção do próprio general Spínola. De facto, em obra posterior, o futuro Marechal, reportando-se a uma entrevista concedida ao major Otelio Saraiva de Carvalho e ao capitão Vasco Lourenço, em 21 de Janeiro de 1974 – antes, portanto, da publicação de *Portugal e o Futuro* –, haveria de referir:

Recordo-me [...] de lhes haver dito que, por formação ética e por força do cargo que desempenhava, não poderia, curialmente, continuar a recebê-los e a apoiá-los se ultrapassassem os limites de uma atitude disciplinada e estruturalmente militar.

Já, então, me tinha apercebido claramente de que, perante a incapacidade do Governo para solucionar a gravíssima crise político-militar em que nos debatíamos, o ainda incipiente «Movimento dos Capitães» era irreversível, pois baseava-se em razões indiscutivelmente válidas, havendo, portanto, que orientá-lo no sentido de o transformar em força útil junto dos chefes militares responsáveis, forçando estes a uma tomada de posição.<sup>4</sup>

Qual tomada de posição? Se não se tratava de assumir o poder dentro da legalidade do regime, forçando a adopção de uma nova política, a que outra saída se estaria a referir o general? Na sequência da citação anterior, é, ainda, Spínola quem revela:

Pretendia, desta forma, integrar o “Movimento dos Capitães” numa estratégia global que viabilizasse uma saída digna para o problema ultramarino e abrisse caminho para a institucionalização de um Estado Democrático alinhado pelos países da Europa Livre.<sup>5</sup>

Nesta eventualidade, o que faz sentido é interpretar a expressão “estratégia global” como sinónimo de golpe de estado. Spínola encarregar-se-ia, de resto, de fornecer abundantes argumentos para esta hipótese. De facto, reportando-se à célebre reunião de 5 de Março de 1974, em Cascais, o general apresenta a seguinte versão dos acontecimentos:

Após longa discussão, os oficiais presentes deliberaram, por unanimidade e pelo sistema de braço levantado, eger-nos, a mim e ao general Costa Gomes, para chefes do Movimento, decidindo, porém, não nos apoiarem isoladamente.[...]

As decisões mais relevantes tomadas nessa reunião foram a eleição dos chefes do Movimento e a constituição de dois grupos de trabalho que se encarregariam de, no mais curto espaço de tempo, planear e accionar uma «operação militar», e de reformular o Programa, que obrigatoriamente deveria ser submetido à revisão dos chefes eleitos. [...]

<sup>3</sup> MARIA MANUELA CRUZEIRO, *Costa Gomes, O último Marechal*, p. 192.

<sup>4</sup> ANTÓNIO DE SPÍNOLA, *País sem rumo*, pp. 92-93.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 93.

Em 9 de Março, reuniram-se, em casa de um familiar do tenente-coronel Almeida Bruno, este oficial, o tenente-coronel Dias de Lima, os majores Casanova Ferreira e Melo Antunes e o Capitão António Ramos, com o objectivo de ultimarem os preparativos da “operação” de que o tenente-coronel Almeida Bruno e o capitão António Ramos se encarregariam **de me dar** ulterior conhecimento.

No campo militar, o major Casanova Ferreira informou que o planeamento estava pronto, encontrando-se o desencadear da operação unicamente dependente da adesão das forças pára-quedistas. Para o efeito, foi encarregado o tenente-coronel Almeida Bruno de contactar o coronel Rafael Durão no sentido de este assumir o comando do Regimento de Pára-quedistas no próprio dia do levantamento militar.<sup>6</sup>

Esta descrição não permite outra conclusão que não seja a que atrás sugerimos: a “estratégia global” de que falava Spínola correspondia, efectivamente, à organização de um *golpe de estado*.

Mais do que questionar o rigor histórico desta versão, importa sublinhar que, na data destes acontecimentos, Costa Gomes e Spínola são, ainda, respectivamente, CEMGFA e Vice-CEMGFA (só a 15 de Março seriam demitidos das suas funções). Esta constatação transporta-nos para a bem estranha hipótese de os dois principais chefes militares de uma Nação com mais de oito séculos terem de recorrer a uma revolta militar, com apenas **parte** das Forças Armadas, para se assumirem como poder. Assim – no plano estritamente militar, e não no político –, ocorre perguntar: se a “operação militar” tivesse êxito, que reflexos seriam de esperar na estrutura hierárquica das Forças Armadas? Como seria o julgamento dos escalões hierárquicos não implicados na “operação” relativamente à lealdade dos dois controversos generais?

Uma solução exemplar?

Conscientemente, ou não, muitas das críticas feitas à forma como se resolveu a questão ultramarina como que tendem a justificar-se na directa medida em que essa forma se afastou da solução preconizada por António de Spínola no *Portugal e o Futuro* e em alguns dos discursos por ele proferidos já depois do 25 de Abril. Essa seria, então, a “solução exemplar”, capaz de constituir o coroamento glorioso da gesta ultramarina portuguesa? Sendo esta uma questão para cuja resposta se não conhece ciência adequada, não julgamos que seja desmerecedora de discussão. Uma das peças fundamentais do infindável debate sobre o fim do Império seria, sem dúvida, a apresentação de um plano de descolonização, adaptado às condições de 1974, onde se procurasse demonstrar os caminhos do sucesso que não tivemos. Seria uma tarefa puramente académica, não o negamos, mas tinha o indiscutível mérito de ser algo bem mais consistente do que a catadupa de acusações e insultos a que se reduzem a maior parte dos depoimentos até agora produzidos pelos “críticos”.

Quanto à proposta contida em *Portugal e o Futuro*, também Melo Antunes reconhece que, em determinadas condições, era possível tentar conduzir o processo de descolonização nos termos preconizados no livro de Spínola:

Simplemente, para que isso tivesse acontecido, teria sido necessário que a própria revolução tivesse tido uma natureza diferente. Quer isto dizer que se o “25 de Abril” se tivesse limitado a um mero *pronunciamento militar*, a um simples *golpe de estado* que, derrubando o governo e algumas das principais instituições do fascismo, levasse ao poder o conjunto de generais, com Spínola à frente, interessado em mudar no regime aquilo que permitisse a transferência efectiva do poder de uma secção ou parcela da classe dominante para outra secção (aspirando a certas formas de democratização e modernização no regime, condição fundamental para o pleno desenvolvimento dos seus

---

<sup>6</sup> *Ibidem*, pp. 95-96. Sublinhado nosso.

projectos de capitalismo avançado) – se o 25 de Abril se tivesse resumido a isto tão esquematicamente delineado, sem qualquer dúvida que Spínola poderia ter beneficiado das condições políticas necessárias para pôr em prática o seu projecto descolonizador, já esboçado no seu livro *Portugal e o Futuro* e que, no essencial, apontava para uma comunidade de expressão lusíada, composta por uma federação de Estados aos quais se reconhecia, em grau maior ou menor, o acesso a certas formas de independência.<sup>7</sup>

No campo das hipóteses, acrescentamos nós, podia, até, verificar-se este curioso conjunto de situações:

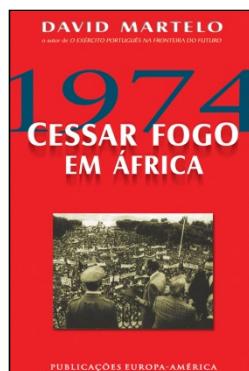
- sem qualquer acordo com os movimentos de libertação, levar a efeito referendos em todos os territórios, deles resultando, eventualmente, a aprovação da sua manutenção debaixo da soberania portuguesa, ainda que sob um regime administrativo autónomico;
- os portugueses da metrópole não teriam tido a oportunidade de se pronunciar sobre a sua disponibilidade para continuar o esforço de guerra nos territórios africanos, uma vez que não havia no projecto de Spínola nenhum mecanismo que contemplasse, mesmo por via democrática, a figura da “independência da metrópole” em relação ao ultramar;
- a guerra prosseguiria, isto é, não teria sequer parado, durante todo o processo legislativo e eleitoral.

Seja como for, é tão determinante a figura de Spínola em todo o processo do 25 de Abril e da descolonização, que é absolutamente inevitável que a história aprofunde, criteriosamente, todas as virtualidades e lacunas do seu projecto. Quando essas páginas forem escritas, um elemento perturbador pairará sobre o espírito de quem delas se ocupar – o juízo que, quatro anos volvidos, o próprio general haveria de fazer sobre a sua obra:

Quando escrevi o *Portugal e o Futuro* tinha verdadeiramente a noção de que já era tarde. Mas o grito de alerta era exigido pela minha consciência, pois, apesar de tudo, sonhava ainda na edificação de um Mundo de raízes portuguesas.<sup>8</sup>

Mas, se já era tarde, era, então, tempo de quê?

David Martelo – 2001



Leitura complementar

<sup>7</sup> *Expresso*, 17-02-1979.

<sup>8</sup> ANTÓNIO DE SPÍNOLA, *País sem rumo*, p. 250.